 **FACULDADE ENTRE RIOS DO PIAUI – FAERPI**

**Arlindo Aparecido Madoenho**

**A política presente entre os humanos, nas diferentes sociedades e nos diferentes períodos**

**Cândido de Abreu - Pr**

**2015**

**Arlindo Aparecido Madoenho**

**A política presente entre os humanos, nas diferentes sociedades e nos diferentes períodos**

Monografia apresentada à FACULDADE ENTRE RIOS DO PIAUI - FAERPI como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado em Filosofia

Orientador: Ms.  Angélica Antonechen Colombo

**Cândido de Abreu - Pr**

**2015**

**FACULDADE ENTRE RIOS DO PIAUI – FAERPI**

**Arlindo Aparecido Madoenho**

**A política presente entre os humanos, nas diferentes sociedades e nos diferentes períodos**

Monografia aprovada em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ para obtenção do título de graduação em filosofia

Banca Examinadora:

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome do Professor(a) Orientador(a)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome do Professor(a) de Monografia

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Nome do Professor(a) Convidado(a)

**DEDICATÓRIA**

**Aos meus pais Arlindo Madoenho (em memória), e Maria Aparecida Madoenho por terem sido os primeiros educadores em meus passos iniciais e grandes incentivadores por toda a minha caminhada.**

**AGRADECIMENTOS**

**Agradeço primeiro a Deus pelo dom da vida, que sem dúvidas trata-se do bem mais precioso que recebemos. Agradeço ainda, a todos os parentes e amigos que me incentivaram durante mais esta caminhada. Agradeço de forma especial a minha esposa e companheira Vera Silene Correia Lacerda, pela valorosa colaboração a mim prestada na discussão de ideias e concretização de mais este trabalho.**

**PENSAMENTO**

O primeiro método para estimar a inteligência de um governante é olhar para os homens que tem à sua volta.

Nicolau Maquiavel

**A política presente entre os humanos, nas diferentes sociedades e nos diferentes períodos**

Arlindo Aparecido Madoenho

**Resumo**: Este texto trará uma abordagem sobre a política propriamente dita, presente entre os humanos desde os primórdios da humanidade. Partindo do pressuposto que o ser humano é político por natureza. Porém, a política de alguma forma estaria presente desde o surgimento do homem primitivo. A construção do conceito de política e a organização da mesma, realizada pelos gregos, e o desenvolvimento desta historicamente e seu emprego nas sociedades atuais. Dentro do anseio de entendimento do tema em questão, se buscará estudar os primeiros grupos sociais, que se tornaram referências para a cultura ocidental, que se tem conhecimento, e os diferentes períodos. Verificando as características políticas e o papel de cada sociedade nas diferentes épocas.

**Palavras chaves:** política, origem, sociedade, conhecimento

**Abistract:** This text will bring a discussion of the policy itself, present among humans since the dawn of humanity. On the assumption that human beings are political by nature. However, the policy of some form would be present since the emergence of primitive man. The construction of the concept of politics and the organization of the held by the Greeks, and the development of this historically and their use in contemporary societies. Within the theme of understanding of longing in question, seek to study the first social groups that have become references to Western culture, which is known, and the different periods. Noting the political characteristics and the role of each society at different times.

**Key words:** politics, home, society, knowledge

**SUMÁRIO**

1. **Considerações iniciais .......................................................................... 08**
2. **O ser humano como sendo um ser político por natureza ..................08**
3. **O aparecimento das primeiras cidades ..............................................12**
4. **A Grécia antiga e o surgimento da política enquanto conceito .........12**
5. **A política segundo os romanos ............................................................17**
6. **A política implementada na idade média ..............................................22**
7. **As principais correntes filosóficas que atuaram na construção do sistema capitalista ................................................................................26**
8. **O marxismo e o contraponto ao modelo capitalista burguês .............35**
9. **A presença do capitalismo neoliberal e os neomarxistas no mundo atual .........................................................................................................37**
10. **Considerações finais .............................................................................39**
11. **Referências bibliográficas ......................................................................40**

**1)Considerações iniciais**

Os parágrafos seguintes apresentarão uma ampla discussão sobre assuntos relacionados a política. Haja vista, que a politica na prática pode ter sido aplicada desde os primórdios da humanidade. Lembrando, que o homem primitivo já precisava tomar decisões. Exemplo: vou caçar, ou então vou pescar, ou será que devo mesmo coletar? Embora fossem motivados a tomar uma atitude destas movidos por uma necessidade fisiológica, a precisão de se alimentar, quando quem ajudava a determinar qual posição tomar era o estômago. Faremos também uma passagem pelas sociedades tribais, verificando a origem da agricultura, e a origem do Estado enquanto estrutura administrativa. Outro ponto importante no processo de entendimento do tema em questão, são as cidades estados na Grécia antiga, quando é formado o conceito de política, e esta por sua vez, começa a ganhar algumas definições que são importantes até os dias atuais. Não podemos deixar de fora desta discussão períodos importantes como a Idade Média com o seu sistema feudal, o absolutismo europeu, e o contexto das grandes revoluções ocorridas também na Europa, destacando a Revolução Industrial e a Revolução Francesa, ambas ocorridas no século XVIII. Destacando ainda a elaboração de uma constituição, denominada de Constituição Burguesa a partir da França do final do século XVIII, representando a consolidação do sistema capitalista. Esta mesma constituição serviu de referência para que este modelo fosse introjetada em outras partes, não apenas do continente europeu más pelo mundo afora, inclusive no continente americano. Período em que os países deste continente buscavam suas independências e precisavam de uma constituição própria, logo o modelo adotado foi o francês.

**2) O ser humano como sendo um ser político por natureza**

Se partimos da ideia que todo ser humano é político por natureza, logo percebemos que desde os primórdios da humanidade o humano já pode ter nascido com este dom. pensando ainda que a política também é expressada na arte de fazer escolhas, o homem primitivo já tinha a precisão de tomar decisões. Lembrando, de suas próprias necessidades fisiológicas, este individuo se alimentava quando sentia fome, e tomava a decisão entre caçar e pescar, ou então coletar. É provável que certas decisões careciam serem tomadas de forma coletiva, quando se tratava de abater um animal de porte maior, quando, apenas um individuo não conseguia dar conta. Ainda é muito provável, que existisse algum tipo de liderança dentro dos primeiros grupos humanos, destacando o poder político simbólico exercido por este líder. Conforme comenta (PAIVA, 2010)

A relação entre o “poder simbólico” e o “poder político” é tão antiga quanto o próprio Homem. Rudimentarmente, a partir do momento em que existe uma diferenciação de indivíduos em um determinado grupo, há também uma relação de poder estabelecida. As instâncias do simbólico e do político ganham contornos definidos ao longo da história por meio da complexidade das relações humanas. No entanto, desde os primórdios, pode-se ver que agregada a qualquer patamar de poder material ou físico está uma esfera de poder subjetivo, identificado por meio de símbolos visíveis ou não. (PAIVA, 2010 p. 37)

O que nos leva a crer que nestas situações já era incrementado o uso do poder político, ou poder simbólico, tanto por meio das escolhas feitas de forma individuais ou coletivas, como por exemplo, num ato em que necessite da cooperação, quando estes seres se ajudavam em uma missão mais difícil como esta acima citada.

Outro ponto de grande relevância, foram as transformações ocorridas ainda no período neolítico ou tribal, quando alguns coletores de frutas e sementes disponíveis na natureza, assim como certas pessoas que faziam opção pela caça de animais, também na natureza, objetivando encontrar alimentos para saciar sua fome. Porém, às vezes careciam se deslocar por longas distâncias, quando a possibilidade de encontrar comida se tornava diminuída, uma vez que caçando e coletando por um certo tempo apenas em uma região, ia naturalmente tornando estes recursos escassos. Este fator, acabava por criar uma necessidade de mudarem para outra região em que houvesse maior disponibilidade de alimentos. Este povo era caracterizado pelo nomadismo. Conforme argumenta (LESSA, 2012)

Em que pese essa evolução, o fato de viverem da coleta impunha aos humanos intensas restrições. Eram forçados ao nomadismo, pois a coleta esgotava os recursos consumidos mais rapidamente do que a capacidade da natureza para produzi-los. Tinham de viver em sociedades formadas por poucos indivíduos, já que não havia alimento suficiente para muitos. Como se locomoviam quase cotidianamente, não podiam carregar seus instrumentos de trabalho. Por isso as ferramentas tinham de ser primitivas, fáceis de ser fabricadas: as ferramentas de pedra lascada. (Lessa, 2012, p.17)

Assim por muito tempo estes humanos viveram adaptados a esta realidade, porém, não dava para ser diferente, enquanto não percebessem que aquele contexto social podia ser transformado, e outra forma de organização podia ser construída.

Mas chegou um certo momento, em esta mesma sociedade percebe que as sementes tinham a capacidade de germinar e dar origem a uma nova planta, esta por sua vez proporcionaria novas colheitas de frutos ou sementes. Assim surge a agricultura. Da mesma forma algumas tribos percebem que os animais antes caçados, podiam ser domesticados, originando a atividade pastoril. Conforme destaca (PAIVA, 2010)

Essa relação entre o político e o simbólico remonta à própria história da humanidade. Para exemplificar melhor, faz-se necessário voltarmos no tempo: com a chamada revolução neolítica, ou seja, a sedentarização humana com uma organização comunitária do trabalho, a criação de animais e o desenvolvimento da agricultura, nascem as primeiras relações de poder e o tecido social se enriquece com fibras diversas. O coletivismo simples dá lugar a uma organização socioeconômica, com noção de propriedade privada.(PAIVA, 2010 p. 37)

O interessante de se observar dentro deste contexto, é que o animal agora domesticado, assim como o pé de fruta ou o cereal que pode produzir grãos e frutos, agora então cultivados, passa a ser propriedade de quem domesticou ou cultivou. Podemos entender esta nova situação como sendo o surgimento da propriedade privada. Conforme Engels trata deste assunto: “*o traço característico do período da barbárie é a domesticação e a criação de animais e o cultivo de plantas*.” (Engels,1984 p. 24 ) Este autor tratou esta época como sendo o período da barbárie. Lembrando, que significativas mudanças estavam ocorrendo no contexto social acima citado. Este cenário acaba tornando de certa forma o homem em um ser sedentário, agora se ele cria animais ou planta, ele vai fixar residência, vindo perder sua característica nômade. Outro ponto pertinente de análise, dentro de uma sociedade que culturalmente estava habituada a desfrutar da natureza, buscando atender sua necessidade de se alimentar, e que tudo que estava disponível em cima da terra pertencia a todos. Como agora, estas mesmas sociedades podiam entender que aquelas frutas e cereal assim como os animais domesticados tinham um dono? Lembrando, que para se mudar aspectos culturais da vida de um povo é um processo demorado, em se tratando do período ao qual nos referimos, as mudanças eram ainda mais lenta. Com o passar do tempo, quando as pessoas passaram a acumular mais, e se sentindo ameaçadas por aqueles que não tinham acumulado nada pra si, e que tentando atender suas carências alimentares principalmente, poderiam tentar colher onde não tinham plantado. Buscaram então organizar uma estrutura que lhes dessem algum tipo de proteção, vindo surgir as primeiras estruturas administrativas, o que podemos interpretar como sendo a origem do Estado. Conforme frisa(MUMFORD, 1965)

Foi à transição das aldeias e vilas para as cidades e destas para o nascimento dos grandes Estados. A produção de grãos deu origem ao celeiro, e este, por sua vez, originou a muralha de proteção. Logo foi preciso formar um exército para defender o celeiro. Com isso, surgiu o poder para controlar o excedente e a figura do administrador, ao qual cabia fixar os impostos e registrar os sacos de trigo produzidos. Ao mesmo tempo consolidava-se a existência do templo e do palácio. Erguiam-se assim os pilares de um novo mundo, bem diverso do da pré-história. (MUMFORD, 1965, p. 38)

Se pensarmos a presença do Estado, enquanto estrutura administrativa, podemos perceber também a presença da política, a partir deste momento. Perceberemos ainda que o Estado, desde as primeiras experiências já tem a incumbência de dar proteção não apenas aos estoques de mantimentos, mas também de proteger a propriedade privada.

**3) O aparecimento das primeiras cidades**

Outro momento histórico digno de abordagem, seria a fundação das primeiras cidades de Ur, Uruk e Kisch, por volta de 5000 a.C. na antiga Mesopotâmia. conforme Carlos (1999) comenta:

Foi em torno de 5000 a.C. que surgem, junto ao Eufrates e em outros pontos da Ásia Menor, as primeiras povoações às quais pode-se dar o nome de cidade. Dentre essas as mais antigas foram provavelmente: Kisch, Ur e Uruk. As duas últimas desapareceram com a mudança do leito do rio Eufrates. (CARLOS, 1999, p.61).

Então estas cidades são construídas as margens dos Rios Tigre e do Rio Eufrates, que proporcionavam-lhes melhores condições de sobrevivência, graças a proximidade de águas, para a sociedade que vivia nesta região. Partindo deste ponto de vista, na antiga Mesopotâmia não teria sido diferente, assim como em todas as cidade que vão surgindo com o tempo. Porém, as cidades quando construídas, carecem se organizarem administrativamente, então, aparece a necessidade de se estruturarem politicamente e socialmente.

**4) A Grécia antiga e o surgimento da política enquanto conceito**

Com o surgimento das cidades estados gregas este tema passa a ganhar uma definição, embora pudesse acontecer na prática, nos grupos sociais que antecederam os gregos, mas enquanto conceito ainda não existia. A filósofa Marilena Chauí aborda esta questão da seguinte maneira (CHAUI 2010)

Quando se afirma que os gregos e romanos inventaram a política, não se quer dizer que, antes deles, não existiam o poder e a autoridade, mas que inventaram o poder e autoridade políticos propriamente ditos, ou seja, que desfizeram as características que haviam anteriormente, de poder despótico ou patriarcal exercido pelo chefe de família sobre um conjunto de famílias a ele ligadas por laços de dependências econômicas e militar, por alianças matrimoniais, numa relação pessoal em que o chefe garantia proteção e os súditos ofereciam lealdade e obediência. (CHAUI, 2010 p.321)

Embora a política acontecesse na prática, enquanto exercício de poder também em outras sociedades que antecederam os gregos, mas é a partir desta sociedade que a política ganha não apenas uma nova face, mas passa a ganhar significado. É na Grécia partindo da Cidade Estado de Atenas, que as principais marcas sobre o assunto em questão, ganha realmente importância. Não apenas na existência de uma prática política, mas na construção do conceito de política. O uso do termo política, em grego politikós, vem de pólis que quer dizer cidade. Conforme enfatiza (BARBOSA)

O termo Política deriva do adjetivo grego Pólis (politikós), que significa tudo o que se refere à cidade e consequentemente, o que é urbano, civil e público. Na sua origem o termo Política assume uma significação mais comum de arte ou ciência do governo, com intenções descritivas e/ou normativas. (BARBOSA, p 11)

Fazer política na Grécia antiga, significa discutir o futuro da pólis. Quem eram os sujeitos encarregados desta função? A partir do surgimento da política enquanto conceito e prática grega, aparecem também a democracia e a cidadania. Então, são os cidadãos que de uma forma democrática se reúnem em praça pública, em grego na ágora, para discutir o futuro da pólis. Porém, a cidadania não se estendia a todos os indivíduos atenienses. Logo, apenas os maiores de idade, e quem era detentor de um certo poder aquisitivo, os mais ricos podiam ser considerados cidadãos, mulheres, estrangeiros, pobres e escravos também ficavam de fora. O futuro de Atenas era decidido em praça pública sob a ótica dos homens maiores de idade, e mais ricos dentro daquela sociedade. Um detalhe pertinente de análise, política, democracia e cidadania estão inter-relacionados desde a Grécia antiga.

O contexto que justifica a política, a democracia e a cidadania em meio aos antigos gregos, também foi importante como berço da filosofia. Embora, a filosofia inicialmente pensada pelos pensadores denominados como pré-socráticos, tinha uma relação maior com a natureza. Buscava-se o entendimento sobre as origens, em grego a arké, que significava o começo de tudo. Havia o entendimento que este início poderia ser explicado pelos elementos da própria natureza. Conforme a abordagem feita por: (CHAUI, 2010)

A filosofia surgiu quando alguns gregos, admirados e espantados coma realidade, insatisfeitos com as explicações que a tradição lhes dera, começaram a fazer perguntas e buscar respostas para elas, demonstrando que o mundo e os seres humanos, os acontecimentos naturais e as coisas da natureza podem ser conhecidos pela razão humana, e que a própria razão é capaz de conhecer-se a si mesma. (CHAUI, 2010, p 29)

Inicialmente, os primeiros filósofos estavam apenas buscando explicações de uma forma mais racional para a própria origem. Mas em seguida, dentro do que podemos considerar como um processo evolutivo dentro da cultura grega no que se refere a política e a filosofia, uma acabou não apenas influenciando, mas dependendo da outra. Quando a política foi determinante no inicio do pensamento filosófico grego. Lembrando, que os cidadãos para exercerem uma participação de forma efetiva nas discussões políticas na ágora, careciam de habilidades para discursar em público. Precisavam acima de tudo, falarem e serem ouvidos pela Assembléia, convenciam os que tinham melhores poderes persuasivos é logico. Surgindo então a necessidade de escolas que desse conta desta demanda. Incumbidos desta função, entram em cena os filósofos sofistas, com a criação da escola sofista, que teve como finalidade, organizarem as aulas de retórica. Ter uma boa oratória, se tornou algo fundamentalmente importante entre os cidadãos gregos. Para compreensão, desta situação basta pensarmos, que as vezes não venciam as melhores proposições, para o bem de todos e da pólis. Mas o poder de quem tinha o melhor discurso, quando o poder de convencimento é que faziam a diferença. Conforme: (SCHMIDT, 2005)

A democracia de Atenas valorizava as pessoas capazes de falar bem e de convencer as pessoas. Os sofistas eram muito hábeis no discurso e chegavam a cobrar caro de quem quisesse aprender suas técnicas de falar em público. Alguns foram acusados de manipular a linguagem para convencer as pessoas de que as frases eram “verdadeiras”. Por causa disso, sofista passou a ser sinônimo de distorção lógica. (SCHMIDT, 2005, p 36)

Os sofistas então preparavam os cidadãos para o exercício da democracia dentro da política ateniense. Quando o principal objetivo era construir um discurso lógico, para defender algo muitas vezes insignificante. Logo, o indivíduo que tem habilidade para elaboração de um bom discurso, acaba por exercer um certo poder sobre os demais, pela capacidade persuasiva do seu discurso, os sofistas não apenas haviam percebido este fator, como tinham desenvolvido tamanha habilidade neste quesito. É desta forma que a escola sofista acabou contribuindo com a filosofia e com a política dentro deste contexto. Embora, imensamente criticados pelos pensadores socráticos, que viam a filosofia com olhares diferentes em relação aos sofistas. (SCHMIDT, 2005)

O maior crítico dos sofistas foi Sócrates. Tudo que sabemos dele foi contado nos livros de seus discípulos, principalmente Platão. Sócrates gostava de andar nas ruas, feiras e praças e de conversar com as pessoas. Por meio do diálogo ele aperfeiçoava seu raciocínio filosófico. (SCHMIDT, 2005, p 36)

Para os filósofos socráticos, os sofistas não tinham compromisso com a verdade, pois tentavam construir uma certa lógica em cima de coisas falsas, fazendo a mentira parecer verdade. Enquanto os sofistas ensinavam os cidadãos, parte da sociedade mais abastada economicamente, é claro que cobravam para desempenhar a função de ensinar. Haja vista, que o público interessado neste tipo de filosofia pagava, já que tinham recursos para tal e precisavam desta formação. Enquanto os mecanismos utilizados pelos socráticos eram diferentes, os mesmos também faziam uso das praças públicas para ensinar filosofia. Para Sócrates principalmente, bastava os possíveis alunos terem a vontade de aprender, independente de suas condições financeiras. Porém as aulas eram improvisadas nas praças, e todos que almejassem adquirir o conhecimento podiam procurar, uma vez, que as aulas eram oferecidas de forma gratuita. Sócrates, por sua vez, tinha o hábito de fazer perguntas aos seus alunos, colocando em dúvidas tudo aquilo que os mesmos imaginavam que sabiam. (CHAUI, 2010)

Os atenienses acreditavam que sabiam o que eram a bondade, a beleza, a verdade, mas um prolongado dialogo com Sócrates os fazia perceber que não sabiam o que era aquilo que acreditavam.

A pergunta “o que é?” era o questionamento sobre a realidade essencial e profunda de uma coisa para além das aparências e contra as aparências. Com essa pergunta, Sócrates levava os atenienses a descobrir a diferença entre parecer e ser, entre mera crença ou opinião e verdade. (CHAUI, 2010, p. 9)

Desta maneira, Sócrates acabava por questionar muitas das “verdades” difundida pelos sofistas, no que se referia a definições políticas dentro da sociedade ateniense. Os filósofos socráticos também eram imensamente preocupados com a questão política. Porém, imaginavam a cidade governada por pessoas honestas, competentes e dedicadas. A opinião mais importante sobre a questão política por parte dos socráticos, se encontra expressa na obra de Platão denominada de República. (PLATÃO, 1965)

As pessoas de bem não querem governar nem pelas riquezas nem pela honra; pois não querem ser tratadas de mercenários, exigindo abertamente o salário de suas funções, nem de larápios auferindo destas funções proveitos secretos; tampouco agem pela honra, pois de modo algum são ambiciosos. Portanto, é preciso que haja coação e castigo para que consintam em governar — por isso, tomar o poder de plena vontade, sem que a necessidade obrigue, arrisca ser tachado de coisa vergonhosa — e o maior castigo está em ser governado por alguém mais perverso do que a gente, quando a gente mesma não quer governar; é neste temor que me parecem agir, quando governam, os homens de bem, e então vão ao poder não como a um bem a fim de gozá-lo, mas como uma tarefa necessária, que não podem confiar a melhores do que eles nem a iguais. (PLATÃO, 1965, p. 94 - 95).

Para Platão, a cidade ideal carecia ter governantes que acima de tudo que tivesse honestidade, sem serem mercenários. Com estas qualidades os governantes estariam mais próximos de conduzir a cidade a um caminho de prosperidade, implementando políticas capazes de construir esta então imaginada como sendo a cidade ideal.

Entretanto, os socráticos passam a ser vistos como subversivos, pela elite ateniense. Sócrates, considerado o grande mestre de Platão, ao possibilitar o conhecimento da filosofia aos que quisessem, independente de posição social tornou-se um incômodo para este grupo social mais avantajado economicamente. Foi condenado, preferindo tomar a cicuta em vez de trair seus próprios princípios. (SCHMIDT, 2005)

Ele estimulava as pessoas a questionar as ideias estabelecidas. Seguindo esse principio, alguns de seus alunos começaram a duvidar das instituições gregas e a questionar o Estado. Então, o governo de Atenas acusou Sócrates de “corromper a juventude”. O filósofo foi condenado a beber a cicuta, um veneno mortal. (SCHIMIDT, 2005, p. 36)

Desta forma, Sócrates ao manter este posicionamento, acabou pagando com a própria vida. Haja vista, que a condenação a tomar a cicuta, se tratava de uma espécie de pena de morte estabelecida dentro desta sociedade. Mas, é importante frisar que Sócrates, continua sendo referência até os dias atuais nas discussões filosóficas, muitos pensadores até hoje ainda voltam às primeiras fontes, que são os filósofos gregos da antiguidade.

**5) A política segundo os romanos**

Roma antiga, pela explicação mitológica, sobre sua origem, já apresenta uma disputa entre os irmãos gêmeos Rômulo e Remo. Quando na ocasião Rômulo teria tirado a vida de Remo. Haja vista, que a cidade de Roma teria sido fundada por eles e após tal incidente trágico, a cidade teria recebido o nome de Roma em homenagem a Rômulo que por sua vez, acabou se tornando rei de Roma. Conforme analisa (SCHIMIDT 2008)

A lenda antiga contava sobre os irmãos gêmeos, filho do deus marte (da guerra) e da rainha Silvia. O tirano (governo opressor) ordenou que fossem atirados no rio Tibres, para se afogar. Foram salvos por uma loba, que ouviu o choro dos bebês e passou a cuidar deles como se fosse mãe. De filhotes lobinhos, claro. mais tarde, pastores adotaram os meninos e deram os nomes de Remo e Rômulo. Adultos, os dois rapazes fundaram uma cidade. Mas quem seria o rei? Rômulo assassinou Remo e se tornou o rei da cidade, que levava o seu nome: Roma. Os romanos acreditavam que a cidade tinha sido fundada em 753 a. C. (pelo nosso calendário). Pesquisa arqueológica confirmaram que já existia uma aldeia na região no século VIII a. C. (SCHIMIDT, 2008 p. 42)

Mesmo se tratando de uma maneira mitológica de explicar a origem de Roma, percebe-se que houve uma disputa entre o dois irmãos, caracterizando de certa forma uma disputa política, mesmo antes de tal conceito existir. A fundação de Roma se explica pela chegada do latinos, que teriam adentrados na região, a aproximadamente 2000 a. C. conforme comenta (COTRIM, 2010)

Por volta de 2000 a. C., um dos povos italiotas, os latinos, chegaram à zona central da península Itálica e instalaram-se na região do Lácio, nas proximidades do rio Tibre. Nos séculos seguintes, fundaram várias aldeias, entre elas, Roma. (COTRIM, 2010, p. 120)

Assim, conforme acima citado, inicia-se dentre várias aldeias a formação da cidade de Roma, que mais tempo ou menos tempo careceu organizar uma estrutura de poder para administrá-la. A seguir Roma vivencia o regime monárquico, quando a região estava sobre o domínio etrusco, e consequentemente o poder foi ocupado por um rei etrusco. Estava assim inaugurada a monarquia romana. Conforme (COTRIM, 2010)

Sob o domínio etrusco, iniciou-se em Roma um processo de organização política e social que resultou no regime monárquico. Na monarquia, Roma era governada por um rei, pelo senado e pela assembleia curial. (COTRIM, 2010, p. 121)

Desta forma era composta a estrutura administrativa de Roma no período monárquico.

Posteriormente, outro período marcante, foi a época que ficou conhecida coma a fase da república romana. Entretanto, o que significa o termo república, conforme afirmação feita por (COTRIM, 2010). “*Considerando primeiro o significado da palavra república. Ela vem do latim res publica, que quer dizer “coisa de todos”. Denomina, portanto, uma forma de governo em que o Estado e o poder pertencem* *ao povo*”. (COTRIM, 2010, p. 122). Nesta fase republicana de Roma destacaram no poder romano os triunviratos. Conforme (SCHIMIDT, 2008). “*Inicialmente, Pompeu, César e Grasso fizeram um pacto para dividir o poder e enfrentar os senadores, que* *tentavam controla-los. Um auxiliaria o outro. Essa aliança foi chamada de* *triunvirato*”. (SCHIMIDT, 2008, p. 48). Assim inicia-se o primeiro triunvirato. Quando eram estabelecidos os triunviratos que significava, governo formado por três pessoas, ocorrendo o primeiro, o segundo e o terceiro triunvirato. Normalmente, logo instalava uma disputa interna pelo poder entre os integrantes, vindo um a eliminar o outro, algo corriqueiro nas três fases de triunviratos, dentro da república romana. Conforme a análise feita por (SCHIMIDT, 2008)

Após o falecimento de César pelos motivos desagradáveis acima exposto, formam-se generais Lépido e Marco Antônio, que ambicionavam tomar o poder supremo. Tiveram que se juntar a Caio Otávio, que era neto da irmã de Júlio César. Assim, Marco Antônio, Otávio e Lépido formaram o segundo triunvirato. Um escritor disse que eles se davam tão bem quanto três escorpiões dentro da mesma garrafa. Contudo, souberam permanecer unidos enquanto isso os beneficiava.(SCHIMIDT, 2008, p. 49)

Estas disputas, fizeram parte do cenário republicano em Roma durante os três diferentes períodos dos triunviratos, quando três indivíduos dividiam o poder.

Destacaram-se dois grupos sociais neste período: os patrícios e os plebeus, sendo os patrícios representados pela parte mais abastada economicamente, e que tinham mais vantagens junto aos governantes, enquanto os plebeus eram representados pela camada social mais empobrecida. Logo, os plebeus, trataram de construir alternativas dentro daquele modelo, buscando espaço de participação política. Organizaram o tribuno da plebe, instituição que representava os interesses dos indivíduos que pertenciam aos empobrecidos romanos, assim eles podiam fazer a suas vozes chegar até os governantes. Uma de suas principais lutas era pelo direito ao acesso a terra. Conforme abordagem feita pelo (COTRIM, 2010)

Os patrícios controlavam quase todos os altos cargos da república. Os dois mais importantes magistrados eram os cônsules. Chefiavam a república juntamente com o senado, composto de destacados cidadãos romanos. Havia, ainda, uma assembleia dos cidadãos, que era controlada pelos patrícios ricos. A segurança de Roma, considerando ameaça de vizinhos e inimigos (Etrúria, Campânia e Magna Grécia, por exemplo), dependia da existência de um exército forte e numeroso. Assim, era necessária a participação de soldados plebeus no exército, pois, como vimos, a plebe constituía a maior parte da população. Ao tomar consciência da importância do seu papel social, os plebeus recusaram-se, por exemplo, a servir no exército, o que representou um golpe na estrutura militar de Roma, e iniciaram contra os patrícios uma luta política que durou mais de um século. No primeiro confronto, os plebeus simplesmente recusaram-se a lutar em defesa da cidade. Com isso, conseguiram fazer com que os patrícios cedessem a várias exigências. Uma delas foi a criação de um comício da plebe, presidido por um tribuno da plebe, pessoa considerada inviolável juridicamente (protegida contra violência ou ação da justiça) e com poderes especiais para votar qualquer decisão do governo que prejudicasse os interesses de seu grupo social. (COTRIM, 2010, p. 122)

Desta forma, percebe-se que os plebeus, devido a realidade acima descrita, e sua capacidade de organização, fez com que este grupo social conseguisse inúmeros benefícios diante dos patrícios.

Outro período de grande relevância sobre Roma antiga foi a época do império romano, fase inaugurada após a chamada República. Tendo como primeiro imperador a figura de Otávio Augusto, homem que ficou conhecido por ter criado a chamada política do pão e circo. Porém, no referido período, Roma tornou-se uma cidade muito grande. Conforme (COTRIM, 2010). “*Roma foi uma das maiores cidades do mundo antigo. No século II, sua população era de aproximadamente* *1200000 habitantes, vindo de todas as partes do império*”. (COTRIM, 2010, p.127). Administrar de forma a satisfazer todos cidadãos pertencentes a antiga Roma, tornou-se algo um tanto complicado. Como existia uma camada da sociedade romana vivendo à margem daquela sociedade, esta por sua vez representava risco de revolta constante, com seu governante. A saída foi oferecer espetáculos onde também se distribuíam pão tudo de forma gratuita para aqueles pobres. Conforme enfatiza (COTRIM, 2010).

Para manter sob controle esse grande número de pessoas, muitas sem ocupação e vivendo pelas ruas, as autoridades romanas distribuíam periodicamente alimentos (pão) e promoviam diversos espetáculos públicos (circo). Assim, “pão e circo” foi a fórmula utilizada para diminuir as tensões sociais. Eram tantas as festas e os espetáculos, que o calendário romano chegou a ter 175 feriados por ano. (COTRIM, 2010, p. 127)

Assim cheios de pão e de diversão a população menos favorecida não se revoltava com o imperador, deixando este bem a vontade para exercer sua função como bem quisesse sem ser incomodado. Podemos compreender com este acontecimento, um dos fortes momentos em que a “política” se revela como sendo a “arte da sacanagem”. Lembrando, que até os dias atuais, é normal governantes agirem utilizando destes artifícios para poder controlar a população, sem que a mesma se revolte com certas tiranias ou incompetências apresentadas por boa parte dos políticos. Roma, durante a fase do grande império romano teve ao todo 36 imperadores. Conforme informação disponível em: <http://www.suapesquisa.com/imperioromano/imperadores_romanos.htm> acessado em 22/08/15

Não podemos deixar de reconhecer o império romano, como sendo referência, uma vez que o ponto de partida para o nosso direito, é o direito romano estabelecido no referido contexto.

**6) A política implementada na Idade Média**

Podemos citar dentre as principais características desenvolvidas durante a chamada Europa medieval, que definiu a estrutura social e política durante a idade média. Com destaque para uma sociedade teocêntrica, quando tudo o que acontecia, carecia ter a aprovação da Igreja Católica, ou seja, era justificado em nome de Deus. Conforme (SCHIMIDT, 2008)

A principal característica da mentalidade (da maneira de compreender, sentir e imaginar a realidade) medieval era o teocentrismo. Essa palavra vem do grego antigo e quer dizer aproximadamente “Deus no centro de tudo”. Isso você já sabe: na Idade Média as pessoas eram muito religiosas respeitavam demais o que os homens da Igreja diziam. (SCHIMIDT, 2008, p. 95)

Desenvolveu naquele continente uma sociedade estratificada, de forma hierarquizada, com grupos mais e menos importante dentro deste modelo em que foi adotado. Esta sociedade se dividia em clero, nobreza e os que tinham que trabalhar, envolvendo comerciantes, artesãos, camponeses e os servos. Porém, os principais responsáveis pelo pensamento filosófico no medievo, sendo eles Santo Agostinho ligado a patrística, e São Tomaz de Aquino ligado a escolástica. Estes dois movimentos filosóficos foram importantes para a estruturação da sociedade estabelecida na Europa desta época. Ambos buscavam provar a existência de Deus, de forma racionalizada. Este elemento foi fundamental, na formação desta sociedade teocêntrica. Conforme (VASCONCELLOS, 2014)

Se adotássemos uma periodização mais afeita à divisão histórica, colocaríamos a Patrística no final da Antiguidade. Incluindo-a na Idade Média, nos filiamos a uma delimitação que, sem ir frontalmente

contra a divisão histórica, privilegia uma orientação temática, pois tanto a Patrística quanto a Escolástica (cristã, árabe ou judaica) têm

em comum a construção de um pensamento filosófico que finca raízes na antiguidade para dar respostas aos problemas de seu tempo, um tempo em que as questões religiosas não são relegadas a um segundo plano (VASCONCELLOS, 2014, p 11)

É nos pensadores da antiguidade grega, Platão e Aristóteles, que Santo Agostinho e São Tomaz de Aquino, buscam fundamentar seus discursos filosóficos.

Dentro do sistema feudal, as cidades perderam importância, visto que as pessoas se sentiam mais protegidos residindo nos feudos que tinham características rurais. Para que este tipo de organização funcionasse foi estabelecido o sistema de suserania e vassalagem que funcionava da seguinte maneira: O rei, ao conceder o direito a uma determinada extensão de terras a um de seus nobres onde deveria ser organizado o feudo, exigia deste comprometimento de lealdade, enquanto lhe prometia proteção. Este nobre ao conceder direito aos possíveis moradores deste feudo, usava dos mesmos mecanismos, exigia destes lealdade em troca de proteção. Esta relação era regulamentada de maneira em que o rei se tornava suserano do nobre que acabara de tornar senhor feudal, que possua vez, tornaria suserano de todos os trabalhadores que buscasse estabelecer residência no feudo em questão. Desta forma, estes moradores se tornavam vassalos do senhor feudal, que por sua vez, acabara de tornar vassalo do rei. Conforme (BARBOSA)

A sociedade medieval encontra-se organizada por meio de feudos, de aldeias e de burgos. Na sociedade prevalece a relação de vassalagem – juramento de fidelidade prestado por um inferior (vassalo) a um superior (suserano). A ordem social encontra-se inscrita na natureza das coisas. E esta natureza encontra-se, por sua vez, determinada pela palavra e vontade divina. (BARBOSA, p. 59)

Dentro do modelo estabelecido, a Igreja Católica passou a controlar da forma absoluta toda esta forma de sociedade, definindo a vida das pessoas nos aspectos, culturais, sociais e político. Porém, tudo era justificado pela vontade divina.

Durante este período, adotou uma forma de poder político descentralizado. Porém, cada feudo tinha autonomia para definir a leis, taxas tributárias, unidade de pesos e medidas e ainda cunhar suas próprias moedas. O senhor feudal era a autoridade máxima em cada feudo e responsável pela organização do mesmo. Conforme (PAIVA, 2010)

São conhecidas as características gerais da Alta Idade Média: economia de subsistência, estrutura política descentralizada, laços servis etc. Porém, antes de se enfileirar elementos comumente conhecidos, é preciso observar suas origens: do século V ao X o que se vê é uma sucessão de acontecimentos que vão destruindo o mundo herdado das civilizações clássicas e formando o medievo que tateia na descentralização política e em laços de poder pessoais. Por isso, afirmar-se que a instabilidade é o fator gerador de uma sociedade que caminhou para dentro em busca de encontrar-se. (PAIVA, 2010 p. 14)

É interessante frisar ainda, que dentre os trabalhadores deste período, um grupo começa se fortalecer economicamente, que são os comerciantes, que acabaram constituindo o denominado grupo da burguesia. Pelo fato, de morarem nos burgos, espécie de cidades construídas dentro de altas muralhas, assim passaram a ser chamados. Conforme (VICENTINO, 2010)

Ao longo das novas rotas comerciais, multiplicavam-se os burgos, isto é, as cidades. Muitas vezes tratavam-se de antigas cidades romanas abandonadas, que foram sendo reocupadas e voltavam a prosperar. Outras vezes, eram aglomerados que surgiam nas encruzilhadas de rotas comerciais terrestres, em regiões de feiras às margens de rios. Cercados de muralhas defensivas, os burgos têm sua denominação derivada do germânico burgs para o latim burgu, que significa “pequena fortaleza”. (VICENTINO, 2010, p. 200)

Os burgueses que neste período se fortalecia do ponto de vista financeiro, mas não podia exercer nenhuma influencia política, pois esta forma de estrutura social não lhes davam esta possibilidade. Sobretudo este grupo passa a discordar deste modelo, porém, se sentiam prejudicados uma vez que comercializavam seus produtos de feudo em feudo de forma ambulante. Ao passar de um feudo para o outro, estavam sujeitos a respeitar as normas estabelecidas dentro daquele feudo. Como os feudos acabavam determinando normas diferentes, moedas diferentes, unidades de pesos e medidas e impostos diferentes, estes comerciantes, viam as suas vidas complicadas diante da necessidade da realização de seus ofícios laboriosos. Estes burgueses iniciam uma luta cada vez mais intensa por busca de autonomia, e de influências na dinâmica social e política desta época. Conforme destaca (VICENTINO, 2010)

Havia também aglomerações formadas em torno de antigos castelos, que extrapolaram os limites das muralhas originais. Nesse caso, como se originavam em terras pertencentes aos senhores feudais, que compunham a camada social dominante, ficavam submetidas a sua autoridade e, frequentemente, à cobrança de impostos. Com a expansão do comércio e da vida urbana, os habitantes dos burgos começaram a buscar autonomia, derivando daí o movimento comunal, que significou a luta pela emancipação dos burgos, entre os séculos XI e XIII, até então submetidos à autoridade e à cobrança de impostos dos senhores feudais. (VICENTINO, 2010, p. 200)

Na fase final deste período, a burguesia acabou por iniciar, uma fase histórica muito importante, além de lutar, pela não cobrança de impostos por parte do senhor feudal, aos burgueses residentes próximo às muralhas dos castelos. Lutavam também, por uma unificação das normas, moedas, impostos etc. dentro de cada reino. Ao mesmo tempo que os senhores feudais começam a perder poder, o poder político volta a ser centralizado nas mãos dos reis. Uma época de mudanças estava inaugurada, o sistema feudal estava em ruinas e a construção de algo novo estava iniciada. A centralização política, representou a primeira importante vitória da burguesia em direção a construção de um novo sistema econômico. Conforme analisa (COTRIM, 2010)

Durante o predomínio do feudalismo, a Europa dividia-se em diversos reinos. Em cada reino, o poder político era partilhado entre os grandes senhores feudais e o governo das cidades medievais autônomas, conhecidas então como comunas. Não havia, portanto, um poder ou autoridade central. Isso começou a mudar nos séculos finais da idade média, quando teve inicio um processo de fortalecimento da autoridade do rei, que resultou na formação das primeiras monarquias nacionais, ou Estados modernos. (COTRIM, 2010, p. 263)

Os acontecimentos acima descrito, providenciou o início do absolutismo europeu, com os reis passando a governar de forma absoluta. Enfatizando ainda, o surgimento do mercantilismo e a busca por riquezas fatos que interessava imensamente, não apenas aos reinos, mas também aos burgueses, devido a suas ambições cada vez maior por se enriquecerem economicamente. Os reis passam a buscar riqueza para seus reinos, logo o poder de cada reino europeu passa ser medido pelo seu capital acumulado. As grandes navegações, e os descobrimentos de novas terras no continente americano foram consequências deste jogo de interesses neste período. O rompimento com o sistema feudal, abre espaço para a construção de uma nova solução enquanto sistema econômico, estava dado os primeiros passos rumo a formação do sistema capitalista.

**7) As principais correntes filosóficas que atuaram na construção do Sistema Capitalista**

Com ênfase neste momento em que caracterizado um processo de ruptura, entre o que podemos nos referir como sendo o início da construção de algo novo, que devia substituir o que pode ser considerado como velho. Haja vista, que o modelo feudal e a forma de organização social e política estava aos pouco sendo corroído. Como destaque para o Iluminismo, que se apresenta como uma forma de luz, fazendo um contraponto com o que era denominado como idade das trevas por estes pensadores, quando se referiam a Idade Média. Conforme argumenta (FRANCO JÚNIOR)

A Idade Média para os renascentistas e iluministas Admirador dos clássicos, o italiano Francesco Petrarca (1304-1374) já se referira ao período anterior como de tenebrae: nascia o mito historiográfico da Idade das Trevas. Em 1469, o bispo Giovanni Andrea, bibliotecário papal, falava em media tempestas, literalmente “tempo médio”, mas também com o sentido figurado de “flagelo”, “ruína”. A idéia enraizou-se quando em meados do século XVI Giorgio Vasari, numa obra biográfica de grandes artistas do seu tempo, popularizou o termo “Renascimento”. Assim, por contraste, difundiram-se em relação ao período anterior as expressões media aetas, media antiquitas e media tempora. (FRANCO JÚNIOR)

Não que devamos concordar que aquela sociedade vivia realmente na escuridão, devido ao controle exercido pela Igreja Católica. Embora, iluministas e renascentistas defendiam esta tese, caracterizando um rompimento com o modo de pensar medieval. Também, teciam fortes criticas a arte medieval, conforme argumenta (FRANCO JÚNIOR)

De qualquer forma, o critério era inicialmente filológico. Opunha-se o século XVI, que buscava na sua produção literária utilizar o latim nos moldes clássicos, aos séculos anteriores, caracterizados por um latim “bárbaro”. A arte medieval, por fugir aos padrões clássicos, também era vista como grosseira, daí o grande pintor Rafael Sanzio (1483-1520) chamá-la de “gótica”, termo então sinônimo de “bárbara”. Na mesma linha, François Rabelais(1483-1553) falava da Idade Média como a “espessa noite gótica”. (FRANCO JÚNIOR)

Porém, é justamente nesta época que surgiram as primeiras universidades na Europa, vinculadas a Igreja Católica. Mesmo do ponto de vista cultural e filosófico, ficaram muitas coisas de significativa relevância, o que nos leva ao entendimento de que este período não foram tão escuro assim. Embora, os pensadores iluministas o enxerguem desta maneira, e a partir desta observação faziam a sua análise crítica.

Ainda, destacando dentro deste período marcado por profundas mudanças, o surgimento do grande cientista político Nicolau Maquiavel. Sua biografia, ocorre no início do século XVI, quando na ocasião Maquiavel após um intenso estudo sobre questões políticas, escreveu sua principal obra intitulada de O príncipe. Este por sua vez, ficou conhecido pelos conselhos em que o mesmo direcionava ao príncipe, possível sucessor em um poder futuro na Itália daquele período. Conforme comenta (CHAUI, 2010)

O príncipe, como todo ser humano, é passional e racional, porém, diferentemente dos outros seres humanos, não pode ceder as paixões, apenas à razão. Por isso, deve ser educado para possuir um conjunto de virtudes que são própria do governante justo, ou seja, as virtudes principescas. (CHAUI, 2010, p. 330)

Maquiavel, destaca a importância de ser virtuoso, para se conquistar o poder político, fala ainda, sobre a tendência da sociedade buscar imitá-lo tanto na virtude assim como em seus vícios, mas é preciso que este governante esteja preparado para ser amado ou odiado pelos seus governados. Destacando ainda a frase, que por questão de mal interpretação ou não, acabou por atribuir a este autor a construção do conceito de maquiavelismo ou maquiavélico, quando relacionam a política como sendo a “arte da sacanagem” quando neste mesmo trabalho Maquiavel faz a afirmação de que para se chegar ao poder não importa as formas utilizadas. Por meio de seu posicionamento, de que “os fins justificam os meios. Conforme argumenta (CHAUI, 2010)

Falamos num “poder maquiavélico” para nos referir a um poder que age secretamente nos bastidores, mantendo suas intensões e finalidades desconhecidas para os cidadãos; que afirma que os fins justificam os meios e usa meios imorais, violentos e perversos para conseguir o que quer; que dá as regras do jogo, mas fica às escondidas, esperando que os jogadores causem a si mesmos sua própria ruina e destruição. (CHAUI, 2010, p. 339)

Infelizmente, até os dias atuais existem muitos indivíduos não apenas dentro dos partidos políticos, mas em todos os seguimentos da sociedade, que fazem uso deste termo, para justificar posturas antiéticas, para levar algum tipo de vantagem, ou então, desenvolvidas na busca do poder, durante campanhas eleitorais.

Outro grupo importante são os iluministas, também representando este mesmo contexto de transição política e econômica na Europa moderna, surgindo também com destaque o termo movimento filosófico racionalista. Com a afirmação de que era preciso agir sob as luzes da razão. Tendo como um dos principais representante do racionalismo, a figura expressiva de Rene Descartes, este movimento teve como principal atributo a formação das chamadas Teorias do Conhecimento. O termo razão, ajuda a indicar uma nova fase, no continente europeu, que está passando por profundas mudanças. As ciências buscavam ocupar cada vez mais espaço, e os avanços tecnológicos eram sensíveis, principalmente no que se referia ao contexto industrial. Quando na ocasião os reinos absolutista, tinham aos poucos, que ir se adaptando a esta nova realidade, mesmo que sob pressão da população, com destaque para a liderança da burguesia. Conforme: (MELLO & DONATO, 2011)

O pensamento iluminista tem como fundamentos a crença no poder da razão humana de compreender nossa verdadeira natureza e de ser consciente de nossas circunstâncias. O homem, então, creía ser o detentor de seu próprio destino, formulando o racionalismo e contrariando as imposições de caráter religioso, sua “razão” divina de existir, e os privilégios dados à nobreza e ao clero – ainda predominantes à época (séculos XVII e XVIII). A preocupação com a ciência se originou do projeto de se fazer com que todo conhecimento fosse seguro. Seu bastião, René Descartes (1596-1650), propugnava a busca por proposições das quais não se pudesse duvidar, questionando o “método antigo” de costumes transmitidos. (MELLO & DONATO, 2011 p. 252-253)

Outro grupo de pensadores que teve muita influência para consolidar o sistema capitalista, foram os liberais. Destacando, os seguintes pensadores, Adam Smidt, Jhon Loock, Maltus e David Ricardo. É a partir, destas influências que a Europa vivencia o contexto das revoluções ocorridas do século XVI ao século XVIII. Passando pela Revolução Inglesa, Revolução Industrial também ocorrida na Inglaterra e a Revolução Francesa ocorrida no final do século XVIII, que ficou como o marco da consolidação do sistema capitalista. Conforme: (MELLO & DONATO, 2011)

Nesse sentido, podemos afirmar que o iluminismo teve sua primeira expressão teórica, mais concentrada, em fins do século XVII, com o inglês John Locke – considerado o pai do liberalismo –, preocupado em “modificar” a concepção de súditos da coroa britânica para cidadãos. Defenderia a liberdade e a tolerância religiosa, além de fundar o empirismo – o qual todo pensamento deriva de alguma experiência. (MELLO & DONATO, 2011 p. 253)

Na Revolução Inglesa, o mundo assistiu uma luta intensa entre a burguesia com seu exercito liderado por Oliver Cromwell, contra o exercito do rei Carlos I, caracterizando uma importante guerra civil. Conforme argumenta: (MELLO & DONATO, 2011).

É nesse sentido que a Inglaterra vivia uma longa disputa entre a Coroa e o Parlamento – tendo como defensores da primeira, os Stuart e grande parte da nobreza e, da segunda, a burguesia ascendente, respectivamente. O país vivia uma grande guerra civil e de conturbação política, social e econômica, nos anos referentes entre 1640-1689, com a vitória das forças parlamentares sobre a absolutista. (MELLO & DONATO, 2011, p. 253)

O elemento que fundamentava esta guerra, era nada mais nada menos que uma intensa busca pelo poder politico dentro da Inglaterra. Primeiramente, os burgueses sob liderança de Oliver Cromwell, organizam um parlamento, vindo desta maneira a dividir o poder com a nobreza naquele momento. Posteriormente, vindo a eliminar o rei, quando na ocasião, o poder foi assumido pelo mesmo Oliver Cromwell, sendo que ele próprio optou por acabar com o parlamento, instaurando uma espécie de ditadura burguesa na Inglaterra deste período.

Na Revolução Industrial, como consequência dos avanços tecnológicos, haja vista, que referente a industrialização na Europa até século XVIII, tudo ainda era muito rudimentar. Desde os ambientes das fábricas, sem ventilação adequada, com locais com ocorrência de mofos, totalmente insalubres. A força motriz nestas indústrias, estava totalmente relacionadas à utilização de animais, ou então, aos braços humanos, do proletariado que eram explorado nesta industrialização emergente na Europa. Quando é falado em Revolução Industrial, logo é pensado em avanços tecnológicos. Porém, o grande invento que revolucionou tanto as indústrias assim como os meios transportes foi a maquina à vapor, agora era possível produzir mais e ser transportados pelas famosas marias fumaças, ou navios graças a máquina à vapor que substituía o trabalho realizado apenas por forças de animais e de braços humanos. Conforme abordagem feita por (SCHIMIDT, 2005)

A partir daí, as máquinas podiam ser utilizada sem quase todos os lugares (e não apenas onde havia vento e água, por exemplo) e não dependiam mais da força muscular de homens ou bichos. Em pouco tempo, foram aperfeiçoadas e se tornaram cada vez mais potentes. Estava começando uma das mais espetaculares transformações da história da humanidade, a Revolução Industrial. (SCHMIDT, 2005, p. 306-307)

Graças aos avanços científicos ocorridos, foi possível o mundo assistir este fenômeno extraordinário do invento da máquina à vapor, que chegou revolucionando os meios de transportes e produção no século XVIII, a partir da Inglaterra.

A Revolução Francesa, ocorreu no final do século XVIII, evidentemente sob influências dos pensadores iluministas liberais. Porém, os ideais revolucionários, ganham força pelo ideário de liberdade, igualdade e fraternidade. Conforme (MELLO & DONATO, 2011)

O movimento atingiria o seu apogeu no século XVIII, o qual passaria a ser conhecido como o “Século das Luzes”. O Iluminismo encontrou maior força e recepção aos seus princípios na França – palco de problemas econômicos, religiosos, políticos e sociais –, onde influenciaria sobremaneira a Revolução Francesa através da: “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” – lema basilar no processo revolucionário. (MELLO & DONATO, 2011, p. 256)

Este pensamento, deu embasamento para a formação do tal Estado de Direito, desconstruindo de vez os ideais absolutistas, quando as tomadas de decisões eram exclusivas do rei, ou seja, o rei era a lei. Assim Luís XIV, da França ficou conhecido pela sua marcante frase “o Estado sou eu”, que representa bem o imaginário absolutista, que a partir deste momento passava a fazer parte do passado.

No final do século XVIII, a França acabou por enfrentar uma expressiva crise, tanto financeira como política. Foi nesta ocasião, diante de uma situação de crise vivenciada pela nação francesa o rei Luís XVI, convocou a assembleia dos estados gerais para discutirem o assunto e buscarem soluções para a mencionada crise. O problema, que entre os três estados dois sempre votavam juntos na hora de tomada de decisões, sendo eles clero e nobreza, que em situação alguma queriam perder privilégios. Porém, o que estava sendo proposto era aumento de impostos, porém, clero e nobreza eram isentos de cobranças tributárias. Então, mais uma vez estava sobrando para os trabalhadores que compunham o terceiro estado que seriam voto vencido, quando os outros estados da pirâmide social votavam unidos. A proposição feita pelo terceiro estado é a de que os votos deveriam ser individuais, conforme afirmação de (MELLO & DONATO, 2011)

Esse número de demandas promovidas pelo Terceiro Estado era em vista de sua inoperância em relação ao Primeiro e Segundo Estado. As duas primeiras ordens tinham preponderância sobre o poder popular, visto que a forma de votação dos “Estados” se dava por ordens e não por voto individual – caracterizado como a grande reivindicação das camadas mais baixas. Esse detrimento também pode ser visto pelo número que cada Estado representava na nação. (MELLO & DONATO, 2011, p. 258)

Assim o terceiro estado, passa a defender o voto individual, porém, com voto por ordens, não haveria possibilidade de mudança alguma, haja vista, que o primeiro e o segundo estado continuariam em posições conservadoras votando juntos, afim da manutenção de seus privilégios.

Ainda, é neste contexto que tem origem a ideia de esquerda ligada aos trabalhadores, e direita ligada a elite conservadora. Portanto, no ambiente organizado para a ocorrência da assembleia, clero e nobreza ficaram separados do lado direito com toda pompa e luxo que imaginavam serem merecedores. Enquanto o lado esquerdo em condições de extrema simplicidade ficou reservado para os integrantes dos trabalhadores do terceiro estado. Trabalhadores, pois dentro daquela estrutura social, o clero rezava, os nobres cuidavam apenas das guerras, ainda com fortes características medievais. Enquanto os diferentes grupos sociais pertencentes ao terceiro estado trabalhavam e pagavam tributos ao rei para sustentar a estrutura administrativa e o primeiro e o segundo estado que não tinham a função de trabalhar, logo viviam de pensões pagas pelo Estado. Conforme enfatiza (SCHIMIDT, 2005)

A sessão inaugural da assembleia com a pompa real do antigo regime. O rei, todo enfeitado, tinha a seu lado os nobres e o clero, esparramados em poltronas luxuosas. Em frente, sentados em banquinhos de madeira, para que ficasse bem clara sua inferioridade, os deputados do terceiro estado. (SCHIMIDT, 2005, p. 281)

Foi nestas condições, transparecendo tamanha diferença entre os que se consideravam mais importantes deveria ficar dos menos significantes. Conforme abordagem feita por (CRUZ, 2012)

A ideologia política direita/esquerda surgiu na sequência da Revolução Francesa de 1789. Na sua origem, a direita consistia na defesa do poder da autoridade real e a esquerda correspondia a um sistema que lutava pelos valores da liberdade e do progresso. (CRUZ, 2012, p. 11)

O terceiro estado liderado pela burguesia, não aceitou a imposição de que mais uma vez deveriam dar mais de si mesma para sanar as finanças francesas. Se retirando para um segundo ambiente, para avaliarem as proposições feitas pelo clero e os nobres, evidentemente sem concordar com as mesmas. Acabaram por declarar em Assembleia Nacional conforme abordagem feita por (SCHIMIDT, 2005)

Os debates e as votações chegaram a um impasse. O primeiro e o segundo estados foram irredutíveis e não abriram mão de seus privilégios. Irritados com a intransigência da classe dominante, os deputados do terceiro estado e alguns nobres e padres esclarecidos se retiraram para uma sala ao lado e, ousadamente, se declararam em Assembléia Nacional. Com essa atitude queriam mostrar que não representavam simplesmente uma parte do país, mas sim a nação inteira. (SCHIMIDT, 2005, p. 282)

A partir deste momento, o povo decide propor, conforme detalha (SCHIMIDT, 2005) uma Constituição para a França. Esta decisão revela algo revolucionário, a elaboração de uma constituição significava naquele momento, submeter o próprio rei às leis estabelecidas pelo parlamento. Embora, a burguesia não tenha agido sozinha, tendo apoio de todos os grupos do terceiro estado, ainda até mesmo dentre o clero e os nobres existia pessoas simpático que apoiaram aquela situação de mudança que naquele instante estava sendo proposto. Mas estava sendo inaugurado o que ficou conhecido como Estado Burguês. Com o poder dividido em: Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, assim foi estabelecido os três poderes e uma forma de democracia representativa. A partir de então, a burguesia não era só detentora do poder econômico, passando também a controlar o poder político, e jogar politicamente a seu favor, neste momento estava consolidado um novo sistema econômico, o Capitalismo estava pronto para ganhar o mundo. O modelo desenvolvido pelos franceses, serviu de referência, não apenas para outras nações europeias. Mas, no continente americano os países começam a buscar suas independências de suas respectivas metrópoles, tomando como modelo na hora de elaborarem suas próprias estruturas administrativas a constituição burguesa da França. Assim, o capitalismo, cada vez mais foi avançando para fora da Europa.

**8) O Marxismo e o contraponto ao modelo Capitalista Burguês**

O sociólogo e filosofo alemão Karl Marx, ficou conhecido como idealizador ou fundador, do que conhecemos enquanto correntes teóricas ou filosóficas marxistas. É notório que o mesmo contexto que gerou o capitalismo estruturado com base no pensamento liberal, também gestou os ideias socialistas tendo como principal referência o pensamento marxista. Partindo deste princípio, podemos considerar, capitalismo e socialismo, como se fossem filhos do mesmo contexto social e político. Embora, socialismo e capitalismo, represente um certo antagonismo. Marx, na sua forma de pensamento, que ficou conhecido tanto pelas teorias marxistas, assim como pela posturas dos primeiros adeptos destes ideais, que foram chamados de socialistas utópicos. Conforme abordagem feita por (MARX & ENGELS, 1999)

As armas que a burguesia utilizou para abater o feudalismo, voltam-se hoje contra a própria burguesia. A burguesia, porém, não forjou somente as armas que lhe darão morte; produziu também os homens que manejarão essas armas – os operários modernos, os proletários. (MARX & ENGELS, 1999, p.18)

No fundo, Karl Marx acreditava ser necessário o capitalismo ser consolidado, mas os trabalhadores ao serem maioria da população, ao se conscientizarem da sua força caso se unissem, fariam a revolução socialista, vindo assim tomar posse dos meios de produção. Porém, eram os trabalhadores os verdadeiros produtores das riquezas, que acabavam servindo apenas para o enriquecimento dos burgueses donos das fábricas. Conforme comenta (THOMPSON, 1987)

Nos anos entre 1780 e 1832 os trabalhadores ingleses em sua maioria vieram a sentir uma identidade de interesses entre si, e contra seus dirigentes e empregadores. Essa classe dirigente estava ela própria muito, dividida, e de fato só conseguiu maior coesão nesses mesmos anos porque certos antagonismos se dissolveram, frente a uma classe operária insurgente. Portanto, a presença operária foi, em 1832, o fator mais significativo da vida política britânica. (THOMPSON, 1987, p. 12)

É a partir desta classe operária, que surge a organização dos primeiros sindicatos e cooperativas na Europa, buscando construir alternativas de sobrevivência diante da exploração por parte da burguesia capitalista inicial.

karl Marx e Frederic Engels, juntos produziram a obra Manifesto Comunista, referência para movimentos sociais e partidos de esquerda atém os dias atuais. Outros conceitos importantes, utilizados atualmente como: mais valia, classe sociais e lutas de classe são atribuídos a Karl Marx. É perceptível, que do ponto de vista histórico, as correntes teóricas do liberalismo e do marxismo, estiveram a influenciar situações de disputas de poder em importantes eventos ocorridos mundo afora. Destacando, a expansão do nazismo da Alemanha e o fascismo a partir da Itália, já se pensava em ser necessário evitar que a influências socialistas ou comunistas se propagassem. Outro memento importante, foi o contexto da guerra fria, quando o mundo acabou se tornando bipolarizado, com o polo capitalista liderado pelo EUA, enquanto o mundo dito socialista era liderado pela URRS. Este período foi inaugurado a partir de 1945, com o final da Segunda Guerra Mundial. Conforme (VIEIRA, 2008)

Na verdade configura-se como um período da Guerra Fria em que houve, mesmo tendo em vista a política bipolarizada, entre os Blocos rivais, -Estados Unidos e União Soviética -, certas intenções e medidas que visavam o controle no uso e produção de armamentos. Os acordos político-diplomáticos tiveram especial destaque na política internacional. (VIEIRA, 2008, p. 32)

Recordando, que dentro desta época ocorreram golpes de estados na América do sul, inclusive o Brasil, que a partir de 1964 inicia os chamados anos rebeldes, marcado pelo período da ditadura militar. Os EUA apoiaram estes golpes, instaurando ditaduras de direitas temendo que ideologias de esquerdas avançassem sob a região.

Um dos principais marcos representando o final deste momento, foi a queda do muro de Berlin, que dividia a Alemanha em oriental vinculada ao socialismo e ocidental ligada ao capitalismo, ocorrido em 1989. Porém, percebe-se que o evento denominado como Guerra Fria terminou, com o predomínio absoluto do capitalismo ocidental. Mas não significa que as disputas ideológicas entre estas diferentes formas de pensamento tenha terminado.

**9) A presença do Capitalismo Neoliberal e os Neomarxistas no mundo atual**

O discurso de que vivemos em um mundo globalizado atualmente é bastante recorrente, portanto, percebe-se que nem tudo foi globalizado. É pensado de forma global as novas tecnologias principalmente as referentes a comunicação, como internet e o atual sistema de telefonia. Ainda, com esta nova cara dada ao sistema capitalista, quando se deu uma repaginada ao velho pensamento liberal, para fundamentar esta nova fase do capitalismo. Buscou então pensar a economia de forma global, vindo não existir mais fronteiras para o capital privado. Conforme argumenta (OLIVEIRA & LIBÂNEO, 1998)

As transformações gerais da sociedade atual apontam a inevitabilidade de compreender o país no contexto da globalização, da revolução tecnológica e da ideologia do livre mercado (neoliberalismo). A globalização é uma tendência internacional do capitalismo que, juntamente com o projeto neoliberal, impõe aos países periféricos a economia de mercado global sem restrições, a competição ilimitada e a minimização do Estado na área econômica e social. (OLIVEIRA & LIBÂNEO, 1998, p.606)

Assim facilitando a exploração por parte do sistema capitalista, de uma forma ainda mais avassaladora. É notável neste momento, não apenas no Brasil, mais pelo mundo inteiro, principalmente nos países subdesenvolvidos uma forte pressão em favor de privatizações de empresas estatais, assim como, de certos setores públicos. Lembrando, que os adeptos do liberalismo sempre defenderam a ideia de Estado mínimo e a não intervenção do estado na economia, porém, a proposta defendida por esta linha de pensamento é que a economia deve ser ajustada pelo próprio mercado com base na lei da oferta e da procura.

No Brasil, se verifica de maneira rotineira a presença de tal discurso veiculado pela mídia e defendido muitas vezes de forma intransigente por partidos políticos de direita, ligados a setores mais conservadores, que tentam impor sua forma de pensar o país. É importante frisar que estes tipos de posicionamento, é recorrente nos diversos continentes. É notório que em muitas circunstâncias, se não olharmos os acontecimentos a nível de mundo, não conseguimos entender os acontecimentos em território brasileiro.

Referente ao contexto político atual, é perceptível tal disputa ideológica, quando nas últimas décadas em certas regiões do planeta houve um crescimento do número de governantes ligados a setores mais populares, de natureza mais progressista. Um exemplo disto, ocorreu em toda região latino americana, que em vários países em seus últimos pleitos eleitorais, a sociedade optou por elegerem governantes com estas características. Conforme analisa (BRAGA & AMARAL, 2014)

O material para análise é realmente imenso, dados os diferentes processos de construção da democracia que marcaram a região e a diversidade de experiências de esquerda e atores que as encabeçaram em países como Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Equador, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Como colocam Levitskye Roberts, “em 2009, cerca de dois terços dos latino-americanos viviam sob governos de esquerda. A amplitude dessa ‘virada à esquerda’ não tem precedentes; nunca tantos países da região tiveram suas administrações confiadas a líderes associados à esquerda política” (BRAGA & AMARAL, 2014, p.2)

É clara a influência dos pensamentos liberais ou marxistas nos processos eleitorais em todos os continentes, embora, a sociedade na sua maioria, no caso do Brasil, não compreenda a interferências de tais correntes ideológicas agindo por traz dos grupos políticos quando estão disputando o poder. O que não minimiza, o posicionamento ou o envolvimento político de grande parte da sociedade, que sempre acaba tomando partido de um lado ou de outro, mesmo sem ter clareza nas atitudes tomadas.

**10) Considerações finais**

Após estudo feito sobre o tema em questão, se percebe que o ser humano, independente da época que viveu e da cultura que pertenceu ou pertence, sempre vivenciou a política. O homem tido como pré-histórico, já dependia de fazer escolhas, após a invenção da agricultura e o princípio da domesticação de animais o que pode ser entendido como origem da propriedade privada. Também teve a necessidade de organizar uma certa estrutura administrativa, o que podemos pensar como sendo a origem do Estado. Vale lembrar, desde de sua origem, o Estado teve como sua principal função, proteger o direito a propriedade privada, como defendem os adeptos da ideologia liberal até os dias atuais, quando afirmam que a propriedade é um direito natural do indivíduo. Se pensarmos por esta lógica, verifica-se, que mesmo atribuindo a invenção da política aos gregos da antiguidade, percebe-se que o que eles fizeram foi organizá-la e conceituá-la. Porém, a espécie humana de certa forma já vivia a política, antes do conceito de política existir.

Destacando a existência das políticas públicas, e que são da obrigação do Estado implementá-las, se verificarmos suas origens, percebe-se que na sua maioria trata-se de conquistas sociais, resultante de muita organização e luta por parte dos movimentos sociais, sindicatos dentre outros. Caso não houvesse luta, os governantes na sua maioria, não teriam sensibilidade para criá-las e muito menos para aplicá-las.

É notório que nos dias atuais, os humanos independente de pertencer a partidos, ou terem cargos eletivos ou então terem funções dentro das diversas estruturas administrativas, vivenciam a política na prática em seu dia a dia. A política pode ser exercida desde o ambiente familiar, no trabalho, na escola, na comunidade, no sindicato, na associação de bairro etc. Mesmo quando, se usam o discurso do “eu sou apolítico” ou então, “eu sou apartidário”, não deixa de ser um posicionamento político. Assim como o homem primitivo, já exercia a política, quando tinha que fazer as suas escolhas, mesmo sem ter consciência do que viria a ser conceituado como política, o homem atual também continua sendo um ser político por natureza. Embora, a consciência política ainda continue sendo uma realidade para uma pequena parte da sociedade.

**11)Referências bibliográficas**

BARBOSA, Walmir – **História e política elementos introdutórios** – Disponível em: [http://cefetgo.br/goiania/cienciashumanas/images/downloads/monografias/monografias\_historia\_politica.pdf - acesso em 26/07/15](http://cefetgo.br/goiania/cienciashumanas/images/downloads/monografias/monografias_historia_politica.pdf%20-%20acesso%20em%2026/07/15)

BRAGA, Maria do Socorro Sousa, AMARAL, Oswaldo E. do – A Qualidade da Democracia em Governos de Esquerda da América do Sul: questões teóricas e metodológicas, 2014. Disponível em: <http://aucip.org.uy/docs/v_congreso/ArticulospresentadosenVcongresoAucip/AT16-PartidosEleccionesComportamientoElectoral/SousaBraga_doAmaral_AQualidade.pdf> - acesso em: 12/09/15

CARLOS, Ana Fani A. - **A cidade**, 4ª ed. São Paulo : Contexto, 1999

CHAUI, Marilena – **Iniciação à filosofia**, São Paulo: Ática, 2010

COTRIN, Gilberto – **História global: Brasil e geral**: vol. 1, 1ª ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010

CRUZ, Pedro Lopes da – **Ideologias Políticas: Direita e Esquerda em Cabo Verde,** **de 1975 a 2010**. Lisboa, 2012. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/4675/3/TESE%20%20DIREITA%20e%20ESQUERDA.pdf> – acessado em: 07/09/15

ENGELS, Friedrich – **A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado**, 9ª ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984

Franco Júnior, Hilário - **A Idade média : nascimento do ocidente**. 2. ed.

São Paulo : Brasiliense, 2001 – Disponível em: <http://www.letras.ufrj.br/veralima/historia_arte/Hilario-Franco-Jr-A-Idade-Media-PDF.pdf> - acessado em: 30/08/15

LESSA, Sergio – **Abaixo a Família Monogâmica**, 1ª ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012

MARX, Karl, Frederic Engels - **Manifesto Comunista**, 1848 - Edição, Ridendo Castgat Mores,

Versão para eBook – eBooksBrasil.com

Fonte digital,- Rocket Edition de 1999, a partir de html em [www.jahr.org](http://www.jahr.org).

MELLO,Vico Denis S. de, Manuella Riane A. Donato - **O PENSAMENTO ILUMINISTA E O DESENCANTAMENTO DO MUNDO: Modernidade e a Revolução Francesa como marco paradigmático,** Revista Crítica Histórica, Ano II, Nº 4, Dezembro/2011. Disponível em: <http://www.revista.ufal.br/criticahistorica/attachments/article/118/O%20Pensamento%20Iluminista%20e%20o%20Desencantamento%20do%20Mundo.pdf> – acessado em: 07/09/2015

MUMFORD, Lewis - **A cidade na história**. Tradução de Luís Carlos Lima. Belo Horizonte: Itatiaia, 1965.

OLIVEIRA, João Ferreira, LIBÂNEO, José Carlos - A Educação Escolar: sociedade contemporânea. In: Revista Fragmentos de Cultura, Goiânia: IFITEG, 1998.

PAIVA, Grazielle de Albuquerque Moura - **A construção da soberania na Idade** **Média**. Fortaleza, 2010 – Disponível em: <http://www.mpce.mp.br/esmp/biblioteca/monografias/filosofia.moderna.do.direito/a.construcao.da.doberania.na.idade.media%5B2010%5D.pdf> – acesso em 29/08/15

PLATÃO **– A República**, 1ª volume, Difusão Europeia do Livro. São Paulo, 1965

SCHMIDT, Mario – **Nova história critica**, 1ª ed. – São Paulo: Nova Geração, 2005

TOMPSON, Edward P. - **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

VASCONCELLOS, Manoel.

**Filosofia Medieval: Uma breve introdução** [recurso eletrônico] /

Pelotas: NEPFIL online, 2014. Disponível em: <http://nepfil.ufpel.edu.br/incipiens/4.pdf> acesso em: 24/08/15

VIEIRA, Neide de Paiva – Guerra Fria: Desafios, Confrontos e Historiografia. Maringá, 2008. Disponível em: <http://www.magnushistoria.com/upload/arquivos/Guerra%20Fria%20%5Bcortesia%5D.pdf> acessado em: 12/09/15

VICENTINO, Claudio – História geral e do Brasil, vol. 1, São Paulo: Scipione, 2010

http://www.suapesquisa.com/imperioromano/imperadores\_romanos.htm acessado em 22/08/15